



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ESCOLA DE GESTÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA
PROFESSORES DO SISTEMA PRISIONAL

FABIANA PAIVA DA SILVA PINHEIRO

A GÍRIA COMO PROCESSO ALTERNATIVO DE COMUNICAÇÃO DE
JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE DO CENTRO EDUCACIONAL
SÃO MIGUEL

FORTALEZA

2012

FABIANA PAIVA DA SILVA PINHEIRO

**A GÍRIA COMO PROCESSO ALTERNATIVO DE COMUNICAÇÃO DE
JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE DO CENTRO EDUCACIONAL
SÃO MIGUEL**

Monografia elaborada como parte dos requisitos à obtenção do título de Especialista em Educação de Jovens e Adultos (EJA) para Professores do Sistema Prisional, Outorgado pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Orientadora: Prof^a. Estefânia Maria Almeida Martins.

FORTALEZA

2012

A GÍRIA COMO PROCESSO ALTERNATIVO DE COMUNICAÇÃO DE JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE DO CENTRO EDUCACIONAL SÃO MIGUEL

FABIANA PAIVA DA SILVA PINHEIRO

Monografia elaborada como parte dos requisitos à obtenção do título de Especialista em Educação de Jovens e Adultos (EJA) para Professores do Sistema Prisional, outorgado pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca do Centro de Humanidades da UFC, bem como na biblioteca da Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização (EGPR/SEJUS). A citação de qualquer parte ou trecho deste texto só será permitida desde que feita em conformidade com as normas da ética científica.

Aprovada em ____/____/____

Prof^a. Estefânia Maria Almeida Martins

Orientadora

Fabiana Paiva da Silva Pinheiro

Orientada

Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola

Coordenador do Curso

Prof^a Dr^a Maria José Barbosa

Coordenadora Pedagógica

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, saúde e força, pois, sem isso, nada seria possível.

Aos meus pais: Antônio e Lúcia a quem honro pelo esforço com o qual me educaram e permitiram a minha formação sólida nos estudos. Obrigado por me tornarem uma pessoa íntegra e batalhadora!

Aos meus filhos Pedro Ian e Natália Maria, por serem presentes de Deus em minha vida, proporcionado alegria e diversão todos os dias. Vocês são a minha maior riqueza!

Ao meu esposo Nilton, pela compreensão e companheirismo por todos esses anos, me apoiando nos momentos mais difíceis durante esta busca incansável pelo conhecimento, me fazendo entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente. Obrigado por tudo, meu amor!

Aos meus familiares, pelo apoio, carinho e cuidados prestados aos meus filhos, durante minha ausência nas horas de estudo.

À minha avó Raimunda, exemplo de caráter e dignidade, uma mulher guerreira que jamais se deixou abater pelas dificuldades.

À Prof^a. Estefânia Maria Almeida Martins, pela sabedoria e dedicação na orientação deste trabalho.

Aos professores e colegas do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos (EJA) para Professores do Sistema Prisional, pela troca de experiências.

Agradeço também a todos que direta ou indiretamente contribuíram para minha formação acadêmica e pessoal. Essa conquista é nossa!

“Aprender a amar estas pessoas pelo que elas são, deixando de lado todos os rótulos discriminadores que tentam classificá-las em categorias supostamente inferiores às que eu e pessoas de minha extração social ocupamos, tem sido uma lição fundamental para toda a minha vida pessoal e profissional”.

(Marcos Bagno)

RESUMO

O presente estudo investiga se as gírias, utilizadas por adolescentes privados de liberdade, permite a interação verbal entre educandos, educadores e instrutores educacionais. A pesquisa foi desenvolvida no Centro Educacional São Miguel (CESM), sob administração do governo do Estado do Ceará, localizada no município de Fortaleza-CE. Objetivou-se compreender como ocorre o processo de comunicação por meio de vocábulos gírios empregados por esses adolescentes dentro da Unidade de Internação Provisória em estudo. O embasamento teórico dessa análise vem, principalmente, de Dino Preti, um dos precursores do estudo da gíria no Brasil e de Marcos Bagno que luta contra toda forma de exclusão social pela linguagem. Participaram do estudo, adolescentes institucionalizados, educadores e instrutores educacionais. Os tópicos abordados no questionário foram: o uso da gíria como interação verbal, as restrições do uso de gírias em sala de aula, a gíria como uma opção a mais de comunicação. Foram considerados também, os vocábulos usados no cotidiano desses jovens, com seus respectivos significados numa abordagem linguística. No contexto pesquisado, no qual estamos inseridos como educadores, os resultados mostraram que é fundamental compreender as gírias utilizadas por esses adolescentes, possibilitando o estabelecimento das relações sociais, garantido assim, a compreensão da fala.

Palavras-chave: Adolescentes. Gíria. Medidas socioeducativas.

ABSTRACT

The present study investigates whether the slang, used by incarcerated adolescents, allows the verbal interaction between learners, educators and educational. The research was conducted at St. Michael Educational Center (CESM), under the administration of the government of the State of Ceará, located in the city of Fortaleza, CE. The objective was to understand how the communication process happens through words gírios employed by these adolescent inpatient unit within the Provisional study. The theoretical basis of this analysis comes mainly from Dino Preti, one of the pioneers of the study of slang in Brazil and Marcos Bagno who fights against all forms of social exclusion through language. The study, institutionalized adolescents, educators and educational. Topics covered in the questionnaire were: the use of slang and verbal interaction, restrictions on the use of slang in the classroom, the slang as an option to more communication. We considered also the words used in the daily life of these young people, with their meanings in a linguistic approach. Researched in the context in which we operate as educators, results showed that it is essential to understand the slang used by these teenagers, enabling the establishment of social relations, thereby ensuring, speech understanding.

Keywords: Adolescents. Slang. Educational measures.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEJA	Centro de Educação de Jovens e Adultos
CESM	Centro Educacional São Miguel
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMSE	Centro de Medidas Socioeducativas
DCA	Delegacia da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa
SEDUC	Secretaria da Educação do Estado do Ceará
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
STDS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
UIP	Unidade de Internação Provisória

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Perfil escolar dos educandos do CESM	36
Gráfico 2 – Origem escolar dos educandos do CESM	37
Gráfico 3 – Faixa etária dos educandos do CESM	37
Gráfico 4 – Perfil étnico dos educandos do CESM	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. APRESENTAÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL SÃO MIGUEL – CESM..	12
1.1 Aspectos estruturais, administrativos e relacionais.....	12
1.2 Perfil do Adolescente em Conflito com a Lei no CESM	15
1.3 As Medidas Socioeducativas	17
1.4 Proposta Pedagógica de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei no Ceará.	19
1.5 A Educação de Jovens e Adultos e o papel do educador nas Unidades de Internação Provisória.	21
2. A GÍRIA E SEUS ESTUDOS.....	24
2.1 A gíria de grupo e a gíria comum.....	26
2.2 A relação entre a gíria e o grupo dos privados de liberdade.....	26
2.3 O preconceito linguístico e os obstáculos que dificultam o processo de comunicação	27
2.4 Juízes adotam linguajar das ruas para orientar menores infratores	30
3. A GÍRIA COMO PROCESSO ALTERNATIVO DE COMUNICAÇÃO EMPREGADA PELOS INTERNOS DO CESM	33
3.1 Método da investigação.....	34
3.2 Local da pesquisa.....	34
3.3 Participantes.....	35
3.4 Procedimentos de Coleta de Dados	35
3.5 Resultados da Pesquisa.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS	43
Anexo A: Fluxograma Fase Judicial - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).....	48
Apêndice A – Questionário do educando.....	50
Apêndice B – Questionário do educador.....	53
Apêndice C – Questionário do instrutor educacional	56
Apêndice D – A Gíria dos pivetes.....	59

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por finalidade verificar a presença de gírias como um processo alternativo de comunicação de jovens que cumprem medidas socioeducativas no Centro Educacional São Miguel de Internação Provisória do Ceará.

As gírias utilizadas no cotidiano desses adolescentes, durante o tempo em que estão privados de liberdade, servem como uma espécie de código entre eles. Desse modo, torna-se indispensável investigar se esse tipo de linguagem empregada contribui como uma opção a mais de comunicação e interação verbal entre os sujeitos envolvidos nesse processo: educandos, educadores e instrutores educacionais, possibilitando as relações entre eles.

O interesse pelo tema partiu da necessidade de compreender as informações que eram dadas frequentemente, tanto por adolescentes quanto por instrutores educacionais, por meio de vocábulos gírios. Surgiu então o questionamento: É necessário conhecer o vocabulário utilizado por esses adolescentes?

Interagir com o adolescente privado de liberdade em sala de aula não é uma tarefa fácil, ainda mais quando este se apropria de uma linguagem restrita. Educadores que ingressam para lecionar nessas Unidades de Internação Provisória tem, a princípio, uma grande dificuldade para entender a maneira que os internos utilizam para se comunicar. Embora conheçam gírias, em determinados momentos de conversa com esse público, algumas palavras utilizadas são totalmente incompreensíveis por quem não faz parte desse grupo.

A partir da análise desse vocabulário será possível perceber a relação existente entre a vida na Unidade de Internação Provisória (UIP) e a linguagem que empregam para descrever o mundo que o cerca.

Nesse sentido, é de extrema importância perceber esse vocabulário como forma de expressão oral num registro informal, adequada a situações especiais,

numa abordagem sociolinguística, permitindo que os educandos apresentem uma maior participação nas aulas, relatando experiências que foram vivenciadas expressando suas ideias, seus valores e emoções, visto que o processo de ensino e aprendizagem se dá por meio da comunicação e interação entre sujeitos.

Neste trabalho, portanto, será realizado um estudo da análise do vocabulário gírio empregado por adolescentes do sexo masculino, de 12 a 18 anos e, excepcionalmente, até os 21 anos, que praticaram atos ilícitos e aguardam a apuração do processo pelo Juizado da Infância e da Juventude durante o período de quarenta e cinco dias.

O trabalho será introduzido com um capítulo sobre a Unidade de Internação Provisória em estudo, onde será esclarecido como funciona a dinâmica de atendimento e o perfil do adolescente do Centro Educacional São Miguel, conforme análise de documentos.

No segundo capítulo serão apresentadas algumas definições sobre a gíria e seus estudos embasados por diferentes autores. Trataremos a gíria como uma unidade linguística que caracteriza o grupo de adolescentes em conflito com a lei, analisando o contexto social em que vivem esses adolescentes, autores de atos infracionais, que sofrem discriminação e preconceito pela sociedade.

No terceiro capítulo apresentaremos uma seleção de vocábulos com seus respectivos sinônimos, com base em pesquisas realizadas através de questionários, bem como os resultados obtidos na concepção dos pesquisados.

Espera-se que este estudo facilite a prática de diversos profissionais que convivem com esses adolescentes, buscando uma melhor compreensão do tema em estudo. Essa análise permitirá nortear pesquisas futuras contribuindo como uma ferramenta versátil para o desenvolvimento do processo de comunicação verbal.

1. APRESENTAÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL SÃO MIGUEL – CESM

O CESM faz parte da Célula de Medidas Socioeducativas que está diretamente ligada à Coordenadoria de Proteção Social Especial da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), e tem por finalidade contribuir com o desenvolvimento sócio-econômico do Estado e promoção da cidadania. Esta, por sua vez, descreve sinteticamente em sua cartilha a UIP em estudo, conforme as informações a seguir:

A unidade de internação provisória tem capacidade para 60 (sessenta) adolescentes do sexo masculino, na faixa etária de 12 a 18 anos e, excepcionalmente, até 21 anos. O tempo de permanência máxima na unidade é de 45 dias, período no qual deverá haver a conclusão do processo para a apuração do ato infracional pelo Juizado da Infância e da Juventude.

O Centro Educacional São Miguel oferece oficinas variadas como: bijuteria, sabonete, serigrafia, música e artes, em caráter de iniciação profissional e mantém convênio com a Secretaria da Educação do Estado do Ceará, SEDUC, garantindo ao adolescente interno o acesso ao conteúdo programático da rede oficial de ensino, através de atividades de reforço escolar.

O adolescente participa também de uma programação de atividades lúdicas, culturais e esportivas, como também recebe um acompanhamento multiprofissional nas áreas sócio-psicológica e de saúde.

A equipe técnica procura despertar na família o sentimento de co-responsabilidade no processo de acompanhamento e orientação do adolescente, considerando que o fortalecimento desses vínculos relacionais é aspecto significativo para o enfrentamento da situação vivenciada por ele.

Atualmente, o CESM encontra-se sob direção da Sr^a Leda Maria Maia Torres.

1.1 Aspectos estruturais, administrativos e relacionais

A estrutura física do Centro Educacional São Miguel – CESM, embora tenha passado por modificações, apresenta instalações fora dos princípios

estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA¹ e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE².

O CESM foi projetado inicialmente para atender 60 adolescentes e encontra-se atualmente prestando atendimento para um número que alcança, em média, de 100 a 150 adolescentes, resultando em uma superlotação que acarreta outras consequências entre elas, o risco à integridade física.

O espaço administrativo e técnico é composto por uma entrada, reservada para visita da família dos internos; uma sala da direção; uma sala da secretaria; dois banheiros; uma gerência; uma cozinha que apresenta instalações precárias; um espaço com quatro celas individuais denominado “anexo”, para os que não são aceitos pelos próprios adolescentes por vários motivos: rivalidades entre bairros, adolescentes que respondem por estupro, entre outros; um espaço destinado ao isolamento de adolescentes que se envolvem em indisciplinas graves como motim, fugas e agressões físicas, denominado “tranca”; e seis salas para atendimento técnico: serviço social, psicologia, pedagogia, advocacia, dentista e médico.

O corpo profissional do CESM é composto por: diretora, assistentes sociais, psicóloga, advogado, médico, dentista, auxiliar de enfermagem, pedagoga, professores, instrutores de oficinas, instrutores educacionais, agentes administrativos, gerente, auxiliares de serviços gerais, porteiros, motoristas, manutenção, cozinheiras e estagiários.

A direção da unidade é ocupada por uma servidora pública com formação acadêmica em Serviço Social. A gerência é formada por uma gerente, composta de uma sala utilizada para acondicionar material de alimentação, de higiene pessoal e ambiental, bem como vestuário.

¹Lei nº 8.069/90, que implementou no ordenamento jurídico brasileiro uma nova construção jurídica, social e política relativa ao tema da Criança e do adolescente.

²Lei 12.594/2012, que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas ao adolescente autor de ato infracional, sancionada pela presidente Dilma Rousseff. Antes da aprovação, o SINASE existia somente como resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o que, em tese, permitia que fosse alterado mais facilmente, dentre os conselheiros membros. Agora, como lei, ganha estatura legislativa semelhante à do ECA e só pode ser mudado a partir de um novo projeto de lei.

No espaço interno da unidade, destinado aos adolescentes, é composto por um pátio pequeno, um refeitório, cinco salas de oficina, três salas de aula, no entanto, as salas de aula são apenas duas salas separadas por uma divisória cada. E, quando a sala não comporta o número de educandos, o educador utiliza o refeitório como sala de aula. Os dormitórios são formados por quatro blocos com capacidade para sessenta adolescentes.

A unidade mantém um quadro de instrutores educacionais, do sexo masculino, responsáveis pelo acompanhamento diário dos adolescentes em todas as atividades previstas na unidade a eles direcionadas e, quando necessário, nas atividades externas.

Conforme o Art.12 do SINASE (2012), “A composição da equipe técnica do programa de atendimento deverá ser interdisciplinar, compreendendo, no mínimo, profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social, de acordo com as normas de referência”.

A dinâmica de atendimento quando o adolescente ingressa à unidade é realizada da seguinte forma:

- recepção do interno pela direção, explicando como será a execução da medida, os seus direitos e as normas da instituição.
- encaminhamento ao Serviço Social onde será realizada a acolhida, para a avaliação da situação familiar e repasse de informações necessárias.
- atendimento no setor pedagógico, onde é feita uma sondagem de conhecimentos e habilidades, para serem engajados em sala de aula (conforme o nível de escolaridade) e oficinas de iniciação profissional.
- atendimento psicológico para agendar atendimento individual, considerando a demanda da unidade.
- encaminhamento ao setor Jurídico onde será realizado atendimento pelo advogado e uma assistente jurídica da unidade em cumprimento ao artigo 94, inciso XV do ECA, que diz respeito ao direito de “informar,

periodicamente, o adolescente internado sobre sua situação processual”, bem como sua documentação, quando se faz necessário, para o devido acompanhamento legal.

A equipe de saúde da unidade é formada por um médico, um dentista, uma auxiliar de enfermagem e uma auxiliar para o dentista. O médico realiza atendimentos duas vezes por semana, o dentista atende três vezes por semana. O critério do atendimento médico e odontológico é a demanda apresentada pela instituição, ou seja, os adolescentes que estiverem necessitando de atendimento devem ser encaminhados pelo instrutor para o atendimento. A técnica em enfermagem se responsabiliza pelo controle de medicamentos, agendamento e acompanhamento do adolescente à consulta médica.

As famílias são atendidas pelo setor social, através de uma entrevista inicial quando é expedida a carteira para autorização da visita nos dias estabelecidos, são informadas também das audiências e participam das reuniões realizadas na instituição mensalmente. O atendimento psicológico é realizado por uma psicóloga e uma estagiária universitária da mesma área. O setor pedagógico é formado por uma pedagoga, cinco instrutores de oficinas responsáveis pela realização das mesmas e professores para educação formal dos internos, cujas contratações são feitas por instituições terceirizadas.

É relevante ressaltar, por fim, que o CESM apesar de possuir uma estrutura organizacional de atendimento ao adolescente, passa por problemas de ordem estrutural, próprios desse sistema, como a superlotação, instalações inadequadas, a falta de profissionais e a desqualificação de pessoal para lidar com esses adolescentes.

1.2 Perfil do Adolescente em Conflito com a Lei no CESM

Ao descrever o perfil do adolescente em conflito com a lei, devemos analisar alguns aspectos relevantes e decorrentes de sua condição social. Nessa mesma perspectiva, Ionara Dantas Estevam em *Os desafios da prática socioeducativa de privação de liberdade de adolescentes em conflito com a lei* (2009), destaca:

A questão de adolescentes institucionalizados em conflito com a lei, submetidos à prática socioeducativa de privação de liberdade, emerge com problemática que perpassa todos os segmentos sociais, faixas etárias e grupos comunitários, irradiando a degradação desses jovens que, na sua maioria, antes de conhecerem a criminalidade, sobreviviam numa situação de extrema carência afetiva, educacional e material, sendo precariamente socializados (ESTEVAM, 2009, p. 65)

É possível traçar um perfil socioeconômico da maioria destes adolescentes baseando-se no atendimento inicial, realizado quando o jovem ingressa no CESM. O quadro é repetitivo: adolescentes de 16 a 18 anos, vindos da periferia de Fortaleza, com o nível fundamental incompleto, envolvidos com drogas, e que tiveram, muito cedo, seus primeiros contatos com a violência, seja dentro de casa ou nas ruas. A desestruturação familiar, é quase via de regra. A ausência do pai, por diversos motivos, aparece constantemente em relatos dos que são trazidos para cumprir medidas socioeducativas nesta instituição. Também é comum o envolvimento com gangues, fato gerador de agressões dentro da UIP, entre grupos de rivalidade externa, anterior à sua apreensão. Grande parte é reincidente, demonstrando certo grau de naturalidade ao permanecer em tal situação, o que preocupa a educadores e direção.

O caminho que leva à marginalidade não é traçado por uma categoria particular de crianças e adolescentes, mas sim por todo um conjunto de problemas estreitamente relacionados com condições de habitação subumanas, crises entre os pais, sentimento generalizado de alienação e de isolamento no seio da família e na escola e, acima de tudo, pela discriminação por parte de pessoas do seu meio, que representam a sociedade dita "normal" (ROBERTI, *O menor infrator e o descaso social*, 2000, p. 317)

Comunga desse mesmo pensamento Jorge Broide (*apud KHATER*, 2006, p.169), referindo que a maior parte dos adolescentes autores de ato infracional vive na periferia dos centros urbanos, com sérias dificuldades econômicas, fragilizada em seus laços com a família, desemprego, e recebe, a todo instante, propostas sedutoras de seu entorno social, de ganho fácil no tráfico de drogas e/ou outros delitos. Ainda como agravante dessa situação, o território em que vive é pautado pela ausência do Estado e das políticas públicas, o que traz por consequência um contexto propício à infração da lei.

Analisar o perfil dos adolescentes em conflito com a lei implica compreender o desfavorecimento social e as relações conflituosas com a família, haja vista que esses indivíduos não têm perspectivas de melhorias para o futuro, possuem baixo nível de escolaridade devido a constante interrupção dos estudos, encontrando-se até jovens que nunca estudaram. Para eles o conceito de liberdade é simplesmente não permanecer nos Centros de Medidas Socioeducativas. Em consonância com o perfil apresentado encontra-se na proposta de atendimento ao adolescente em conflito com a lei no Ceará o seguinte trecho que complementa essa análise:

O desemprego, a precariedade das relações de trabalho, o empobrecimento das populações, o acirramento das desigualdades sociais, a perda da autoridade paterna, o enfraquecimento dos laços afetivos e sociais nas pessoas, que perdem sua história, sua identidade, se alienando e tendo fragilizadas as referências e valores consensualmente construídos e legitimados numa sociedade vem contribuindo para esse agravamento e pressionando novos modos de gestão da política social (CARMO, 2002, p.20)

1.3 As Medidas Socioeducativas

As intituladas medidas socioeducativas são aplicadas mediante determinação legal pelo Juiz da Infância e da Juventude aos adolescentes autores de ato infracional, conforme o artigo 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente que considera ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal. Com isso, os maiores de doze anos e menores de dezoito anos não podem ser condenados como os adultos e passam a ser concebidos como pessoas em desenvolvimento e sujeitos de direitos. Essas medidas possuem caráter pedagógico com foco na ressocialização desses jovens.

A medida de internação provisória, local desse estudo, acontece logo após a apreensão em flagrante do adolescente e seu encaminhamento à Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA). Essa medida permite ao acusado assegurar sua integridade física e moral enquanto aguarda a investigação e apuração dos fatos antes da definição da sentença. O prazo máximo e de caráter improrrogável para a duração da medida denominada internação provisória é de 45 dias, estabelecido no art. 108 do ECA: A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo

máximo de quarenta e cinco dias. Parágrafo único. A decisão deverá ser fundamentada e basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida.

Para uma melhor compreensão dos termos jurídicos, buscamos informações apresentadas em documentos no site do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) exposto a seguir de forma sucinta.

No art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente as medidas socioeducativas são aplicadas ao adolescente pelo juiz, levando-se em consideração:

- a gravidade do ato infracional
- o contexto pessoal do adolescente
- sua capacidade de cumprir a medida a ser imposta

A análise do contexto pessoal é subsidiada também pelo relatório social apresentado pela equipe técnica da internação provisória.

As medidas socioeducativas previstas no ECA são:

1. Advertência (uma “bronca” judicial, com reflexão sobre o ato praticado).
2. Obrigação de reparar o dano (ressarcimento do prejuízo econômico à vítima pelo adolescente).
3. Prestação de serviços à comunidade (realização de tarefas gratuitas por parte do adolescente, em entidades públicas ou privadas, por período não excedente a seis meses).
4. Liberdade assistida (acompanhamento do adolescente nos âmbitos familiar, escolar e comunitário por período mínimo de seis meses).
5. Inserção em regime de semiliberdade (privação parcial de liberdade durante a qual o adolescente tem direito de se ausentar da unidade para estudar e trabalhar, devendo retornar no período noturno, além de passar os fins de semana com a família).
6. Internação em estabelecimento educacional (privação de liberdade durante a qual o adolescente se encontra segregado do convívio familiar e social por até três anos).

A partir da análise do processo judicial, o Juiz da Infância e da Juventude pode aplicar, por meio de sentença, uma das medidas socioeducativas,

considerando o contexto pessoal do adolescente, sua capacidade para cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

Encontra-se em anexo o fluxograma que resume como acontece a fase judicial desse processo.

1.4 Proposta Pedagógica de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei no Ceará.

A proposta pedagógica de atendimento ao adolescente em conflito com a lei no Ceará, na faixa etária de 12 a 18 anos, traz um referencial teórico metodológico a ser seguido, cabendo a cada Instituição educativa, elaborar e executar seu plano de ação: construir sua própria identidade, desenvolvendo caminhos específicos que atendam à sua realidade.

Tem como referenciais básicos:

- Educação
- Instituição educativa
- Aprendizagem significativa
- Conhecimento
- Homem
- Sociedade

Os princípios educativos que fortalecem essa proposta são:

- Formação humana integral
- Democracia
- Liberdade responsável
- Ética
- Respeito mútuo
- Crença na pessoa humana
- Cooperação
- Justiça
- Emancipação
- Construção coletiva
- Envolvimento familiar

Dentro dessa proposta de atendimento, está incluído o trabalho como valor universal, cuja finalidade principal é o desenvolvimento pessoal e social. Mesmo preparando para a geração de renda, sobressai o caráter educativo como eixo norteador, a cidadania.

As ações pedagógicas das medidas socioeducativas são desenvolvidas através de projetos de trabalho num processo sócio-interacionista, e, com foco em temas de maior interesse dos educandos, integrando a arte, a cultura, o esporte e o lazer no desenvolvimento das competências e habilidades básicas definidas para cada nível de ensino. Essas ações pedagógicas são inspiradas em Paulo Freire, Lev Vygotsky e Henri Wallon.

A avaliação dessa proposta é realizada sistematicamente verificando se os objetivos foram atingidos, considerando o nível de satisfação dos educandos, educadores e famílias. Participam dessa avaliação os profissionais da Instituição, sob a coordenação do (a) diretor (a) do Centro de Medidas Socioeducativas (CMSE).

Embora a proposta pedagógica de 2002 esteja desatualizada em alguns aspectos, como o de escolarização que antes era organizado em ciclos e atualmente como modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ela engloba aspectos fundamentais e essenciais à prática docente nesse sistema de ensino, seguindo os dispositivos constitucionais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e os pressupostos pedagógicos do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). A possibilidade dessa prática é vista em atividades desenvolvidas através de temas transversais e interdisciplinares, visando sempre uma aprendizagem significativa, a reconstrução de valores e o resgate à cidadania.

Vale ressaltar que o SINASE, resolução aprovada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) em 2006, é um marco importante para o atendimento das medidas socioeducativas, procurando reverter à tendência crescente da internação do adolescente no país. Segundo o parecer do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (2008), destaca em seu comentário:

O Sinase fortalece o ECA ao determinar diretrizes claras e específicas para a execução das medidas socioeducativas por parte das instituições e

profissionais que atuam nesta área. Evita, assim, interpretações equivocadas de artigos do Estatuto que trazem informações, às vezes, pouco aprofundadas sobre a operacionalização dessas medidas. [...] Conjugando novas práticas no campo das políticas públicas com um maior envolvimento da sociedade como um todo no processo de ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei, o Sinase é, portanto, um instrumento essencial para a implementação integral do ECA e a transformação da realidade no atendimento socioeducativo no Brasil.

1.5 A Educação de Jovens e Adultos e o papel do educador nas Unidades de Internação Provisória.

A escolarização nos Centros de Medidas Socioeducativas (CMSE), é articulada na modalidade de ensino EJA conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional³, por meio de uma metodologia diferenciada. A contratação de educadores é realizada mediante convênio com a SEDUC com apoio pedagógico do CEJA, procurando reconhecer as características desses sujeitos para atender a demanda desse público específico.

Partindo do princípio: a educação como direito de todos, inclusive dos privados de liberdade, pois estão privados apenas do direito à liberdade, a educação deve propor novos momentos de aprendizagem, de modo que esse direito seja assegurado e respeitado, visando à educação como um processo permanente em coerência com algumas exigências que podem ser desenvolvidas nesse espaço. Além de ser um direito incontestável é uma ferramenta indispensável para que se reduzam as desigualdades de oportunidades educacionais como afirma Marc de Maeyer em sua obra *“Aprender e desaprender”* no Seminário Nacional pela educação nas prisões, 2006:

A educação nunca deve ser justificada por objetivos de reabilitação. Não estamos seguros de que graças à educação a reincidência diminua. Mesmo que a educação não tenha nenhum efeito sobre a reincidência, o direito à educação na prisão deve ser mantido e preservado. A educação não deve jamais ser instrumentalizada. É um direito, simplesmente. [...] O que devemos fazer é valorizar os conhecimentos, identificar as aprendizagens que levam ao fracasso em um determinado momento e propor-nos a construir juntos uma visão mais positiva da educação ao longo da vida, qualquer que seja a vida.

³LDBEN (Lei 9.394/96) estabeleceu no capítulo II, seção V a Educação de Jovens e Adultos. Apresentam importantes considerações ao tema “educação de jovens e adultos”, A Constituição Federal de 1988; Parecer CNE/CEB nº11/2000; e PNE de 2001.

Embora nas medidas socioeducativas exista uma escolarização embasada em uma proposta pedagógica de atendimento, cada instituição possui seu regimento interno e dinâmica de atendimento diferenciados. Apesar das diferenças entre essas unidades, constata-se uma característica comum entre elas: a UIP é uma consequência da pobreza, não pelo fato dos pobres serem mais perigosos, mas que ela pode gerar mecanismos de sobrevivência, conduzindo a comportamentos infratores. Portanto, é importante ao educador da EJA, refletir e discutir em torno dos desafios de se educar nesse espaço, motivar os internos constantemente, percebendo a relação dos atos infracionais com a pobreza, minimizando o impacto que é gerado na família, além de utilizar o conhecimento de mundo dos educandos; trocar experiências; resgatar a auto-estima; considerando também a educação de todos que possuem relação com as medidas socioeducativas, quais sejam: equipe técnica, direção e as famílias dos internos. Enfim, contribuir para uma educação voltada para a formação do cidadão como um todo, proporcionando uma percepção crítica da realidade em que se encontra.

As ações pedagógicas são desenvolvidas por meio de Projetos com temas transversais, interdisciplinando conteúdos no resgate aos valores que foram “perdidos”, fazendo com que os internos percebam suas atitudes e não voltem a reincidir. Dessa forma, sobressai na prática educacional à preocupação com a formação de atitudes dando ênfase à aprendizagem como fator capaz de modificar as percepções dos mesmos, privilegiando a auto-avaliação e o desenvolvimento pessoal, visto que os educandos permanecem por um período específico. Observa-se ainda, em grande parte das ações desenvolvidas, a predominância do pensamento freireano, embora não esteja presente em sua totalidade.

Mesmo com imprevistos e num ambiente de constante tensão, é possível perseverar num processo educativo desde que o educador não perca de vista seus objetivos e tenha convicção de seu compromisso. Desse modo, persistir na perspectiva da educação como instrumento de inserção social voltada para a formação humana do interno, principalmente quando este sente a necessidade de redimir-se por seus atos, é contribuir para que esse adolescente perceba na educação uma maneira positiva de ressocialização. Agindo desta forma, entende-se que o caminho deve ser através da educação, pois sem ela não há a noção de sociedade. O próprio conceito de “sociedade” é algo que deve ser assimilado pelo

interno, para seu reconhecimento como ser social civilizado e, claro, submisso às leis deste país.

A EJA nos espaços de privação de liberdade deve partir da realidade dos sujeitos, visando facilitar o aprendizado e principalmente comprometida com a transformação social na vida desses internos, contribuindo para um saber mais crítico. Faz-se necessário, portanto, propor aos educandos o desafio de cultivar uma postura dialógica e crítica diante do mundo, e ao educador o desafio de inventar e reinventar estratégias que possibilitem a construção desse conhecimento, assim como debater, criar e trabalhar políticas públicas capazes de trazerem de volta para o convívio social. Aqueles que estão às margens da lei, deve ser uma preocupação não só do poder público, mas, de toda a sociedade da qual fazemos parte e que a desejamos de uma maneira mais justa e igualitária para todos.

2. A GÍRIA E SEUS ESTUDOS

“As gírias não existem à toa. Elas representam mudanças sociais e ideológicas, que são refletidas na língua e nos signos linguísticos responsáveis pela interação verbal”. Manoel Nilson de Lima

Comumente não são encontrados estudos específicos sobre a “gíria”, passando a ser analisada no Brasil somente a partir da década de 70 com a introdução de estudos linguísticos. São poucos estudiosos que dispõem sobre esse tema e embasam nosso estudo; entre eles, Dino Preti⁴ um dos precursores do estudo da gíria no Brasil e Marcos Bagno⁵ que luta contra toda forma de exclusão social pela linguagem, sendo muito conhecido por sua obra *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*.

A gíria, considerada como um conjunto de unidades lingüísticas (itens lexicais simples ou complexos, frases, interjeições...) que caracterizam um determinado grupo social, nem sempre mereceu um estudo específico, visto que faz parte, predominantemente, da modalidade oral da língua e num registro informal. Como, por tradição, valorizou-se sempre o estudo da língua escrita padrão, não havia lugar para esse tipo de vocabulário. Isso é o que se pode ver, consultando gramáticas da língua portuguesa de épocas diversas. (BAGNO, *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*, 1999).

De acordo com conceitos de alguns teóricos, é possível perceber o motivo pelo qual esse tipo de linguagem não mereceu análises mais aprofundadas. Para Antenor Nascentes (2003), o conceito de gíria é de que esta tende para o vocabulário especial de criminosos, contrabandistas, vadios e outras pessoas de índole duvidosa (NASCENTES, *Estudos filológicos: volume dedicado a memória de Antenor Nascentes*, 2003, p.593).

⁴ Dino Fioravante Preti - Possui graduação em Letras Clássicas - Licenciatura pela Universidade de São Paulo (1954), mestrado em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (1969) e doutorado em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (1972). Atualmente é pesquisador da Universidade de São Paulo, membro do Corpo editorial da Revista Linguagem, membro do corpo editorial da EDUC - Editora da PUC-SP e professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem experiência na área de Lingüística, com ênfase em Análise da Conversação, atuando principalmente nos seguintes temas: variação linguística, gíria, língua falada, conversação e linguagem dos idosos.

⁵ Marcos Araújo Bagno - É professor do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução da Universidade de Brasília, doutor em filologia e língua portuguesa pela Universidade de São Paulo, tradutor, escritor com diversos prêmios e mais de 30 títulos publicados, entre literatura e obras técnico-didáticas. Atua mais especificamente na área de sociolinguística e literatura infanto-juvenil, bem como questões pedagógicas sobre o ensino de português no Brasil.

Do ponto de vista dos dicionários, percebe-se que não há concordância em relação à terminologia usada para definir as gírias. Segundo definição de um dos mais conceituados dicionários, o Aurélio (2009, p.984), em sua primeira acepção, define gíria como “linguagem de malfeitores, malandros e etc”. Somente em sua terceira acepção é que apresenta a ideia de gíria como dialeto social. O dicionário Michaelis (2003) trata a gíria como uma linguagem especial de uma classe ou uma profissão, jargão ou ainda como uma linguagem de grupos marginalizados. Para Machado (1990), no dicionário etimológico da língua portuguesa, define gíria como sendo uma etimologia obscura e de origem duvidosa. No entanto, alguns dicionários em suas versões mais atuais mudaram a concepção do verbete “gíria” reconhecendo-a como vocábulo informal e peculiar de um grupo social. Conforme dicionário Houaiss (2009) e dicionário Júnior de Geraldo Mattos (2001), essa mudança ocorreu devido a alguns estudiosos se permitirem observar as relações sociais no ensino da língua, possível através do surgimento da sociolinguística.. Nessa perspectiva, para entendermos melhor sobre as gírias e seu uso, devemos correlacioná-las com aspectos linguísticos e sociais, recorrendo ao estudo da sociolinguística como destaca Tânia Alkmin:

O objeto da Sociolinguística é o estudo da língua falada, isto é, em situações reais de uso observada, descrita e analisada em seu contexto social. Seu ponto de partida é a comunidade linguística, um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos linguísticos. (ALKMIN, *Sociolinguística*, 2001, p.31)

A gíria, portanto, é uma forma de expressão cultural, manifestada linguisticamente.

Enquanto vocabulário expressivo, a gíria revela uma forma de cultura, reflete a mentalidade e a concepção de vida de grupo e, dessa forma, traduz uma visão particular do mundo sob a ótica de seus usuários. Essa designação subjetiva é, geralmente, metafórica e exterioriza uma noção de valor imposta pelo falante ao referente, ou seja, uma espécie de julgamento do mundo: usa-se *grude* para comida, *jaula* para cela e *piranha* para prostituta. (VENEROSO, *A divulgação da gíria na imprensa: a descaracterização de um signo*, 1999, p.43)

Vale ressaltar, por fim, que embora as pesquisas sobre esse tema compreendam que a gíria abrange também o termo jargão, que é vocabulário técnico de uma profissão e, calão, que é uma expressão linguística vulgar, grosseira e obscena. Dino Preti, em uma entrevista concedida a Revista Letra Magna em 15

de março de 2005 na USP, afirma que há distinção entre eles, pois são grupos diferentes e não devem ser associados à gíria.

2.1 A gíria de grupo e a gíria comum

Podemos classificar as gírias em: gíria de grupo e gíria comum. A primeira como o próprio nome designa é específica de um grupo e acessível somente aos que fazem parte dele. A segunda faz parte da linguagem usada por todas as comunidades linguísticas, que tomou proporções maiores e atingiu a população.

A gíria pode permanecer restrita ou tornar-se pública. Conforme Bagno (*op.cit.* 1999), muitas gírias são comuns a todas as sociedades, outras, porém são mais específicas de cada grupo. De acordo com Preti (*op.cit.* 2005), a gíria funciona como defesa e identificação de grupo, originando-se dele e sendo assumida por ele.

Caracterizada pelo seu dinamismo, mudança e renovação a gíria passa por um processo de transição. Ela surge dentro de um grupo social e pode migrar para a linguagem comum perdendo seu caráter de grupo restrito, sendo utilizada por todos os falantes da língua.

2.2 A relação entre a gíria e o grupo dos privados de liberdade

Desde os primórdios o homem sente a necessidade de conviver em grupo, sendo esta uma característica intrínseca ao ser humano. Encontramos diferentes grupos, formados por pessoas com características comuns, dentre eles o grupo que vive à margem das leis que regem a vida em sociedade.

Os privados de liberdade pertencem a um grupo formado por indivíduos excluídos da sociedade por praticaram atos ilícitos que apresentam algo em comum, no caso a condição em que se encontram, e utilizam-se de vocábulos gírios como um meio alternativo para se comunicarem. Assim, para Luiz Antônio Marcuschi em *Linguagem e classes sociais*, “o meio social é um fator importante para o surgimento de um ou outro código. Um código restrito pode surgir em qualquer ponto da

sociedade em que as condições prévias requeridas foram preenchidas” (MARCUSCHI, 1975, p.41).

A partir do momento em que o indivíduo ingressa em uma instituição de internação ele tem a perda do seu eu, ao se deparar com normas e situações que antes fazia individualmente, como tomar banho, escolher roupas e produtos de sua preferência, por exemplo. E ainda no dormitório, é submetido a uma série de perguntas feitas por seus companheiros para decidirem se ele pode ou não fazer parte do grupo.

Ao pertencer a um grupo como este, deve-se aceitar as determinações sem questioná-las, pois no grupo seus membros defendem o interesse coletivo, sendo postos em segundo plano seus interesses individuais, e, por vezes negado. Vale ressaltar que esse grupo possui regras, imposições conhecidas por todos os internos, e, conseqüentemente, poderá ter influência negativa, devido seus membros estarem afastados da família e ficarem mais vulneráveis à influência dos líderes⁶.

Nos termos de Preti (1984, p.3) em *A gíria e outros temas* constata-se que, “quanto maior for o sentimento de união que liga os membros de um grupo, tanto mais a linguagem gíria servirá como meio de comunicação, além de forma de autoafirmação”. O linguista ressalta ainda que, “caracterizada como um vocabulário especial, a gíria surge como um signo de grupo, a princípio secreto, domínio exclusivo de uma comunidade social restrita”.

2.3 O preconceito linguístico e os obstáculos que dificultam o processo de comunicação

Provocar um ensino crítico reinventando o conhecimento e aplicar a educação na experiência dos educandos, tem sido um grande desafio para os educadores desse sistema. Alguns obstáculos que bloqueiam essa aprendizagem crítica são:

⁶ Geralmente são internos reincidentes que cumprem medidas socioeducativas há mais tempo.

- As diferenças de linguagem;
- A devoção à correção gramatical;
- A pedagogia autoritária;
- O ensino padronizado;
- A falta de autoestima dos educandos por acharem que não são capazes de aprender;
- A transferência de conhecimento;
- A imposição de idéias;
- A reprodução da ideologia dominante que oculta à realidade;
- A falta de diálogo entre educandos e educadores.

Parte do fracasso escolar pode ser atribuída ao tratamento que a escola dá à questão da linguagem ao censurar a forma de falar do educando. Assim, o educador tem um papel fundamental na mediação do confronto entre a língua e a escrita para que o educando não venha a ter uma experiência negativa com os estudos. É necessário inovar nos critérios de correção, valorizar a fala de cada um e de seu grupo social para que o mesmo reflita sobre os usos efetivos da língua.

A criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCNs), no ano de 1998, representou um grande avanço, uma renovação para o ensino da língua materna. Nessa perspectiva, os PCNs contemplam os eixos de práticas de linguagem, em que o professor atua como mediador de um ensino efetivo e reflexivo sobre a língua.

Segundo a Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos (2002): “o trabalho com a análise linguística deve ser proveitoso. O conjunto de assuntos selecionados tem de estar inserido em um contexto; deve ser amplamente discutido para ficar evidenciada sua significação”. E, posteriormente, essa mesma Proposta Curricular acrescenta que “A discriminação linguística é uma entre tantas outras formas de exclusão provocadas pela concentração da riqueza”. Conforme acrescenta Herbet Palhano (1958, p.11), em *A língua popular*, que “a língua é o veículo comum de interação entre os membros de uma comunidade, não importando a camada social a que pertencem”.

Para Luiz Carlos Cagliari em *Alfabetização e Linguística*, é fundamental que o educador aborde, em sala de aula, o ensino da língua e seu uso.

O professor de português deve ensinar aos alunos o que é uma língua, quais as propriedades e usos que ela realmente tem, qual é o comportamento da sociedade e dos indivíduos com relação aos usos linguísticos, nas mais variadas situações de suas vidas. [...] A língua portuguesa, como qualquer língua, tem o certo e o errado somente em relação à sua estrutura. Com relação a seu uso pelas comunidades falantes, não existe o certo e o errado, mas o diferente (CAGLIARI, 2007, pp.28-35).

Portanto, deve-se compreender a prática pedagógica como uma forma diferente de educar, estimulando uma mudança social onde educandos e educadores sejam sujeitos do conhecimento crítico, estabelecendo relações onde todos ensinam e todos aprendem. “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, *Extensão ou comunicação*, 1979, p. 69).

Considerando que educação e comunicação andam juntas e que não há conhecimento sem interação entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, é fundamental entender a linguagem que os educandos internos empregam para se expressar. Durante as aulas, dependendo da didática do educador, os internos apresentam seus questionamentos, interagem com o conteúdo, conseguem absorver as questões propostas relacionando-as com atitudes concretas. Nessas condições, conhecer ou desconhecer o significado dos vocábulos gírios faz toda a diferença, haja vista que essa linguagem aproxima ou distancia as pessoas, incentiva ou inibe contatos. “Na linguagem falada espontânea, no dia-a-dia, a gíria constitui um recurso simples de aproximar os interlocutores, quebrar a formalidade, forçar uma interação mais próxima dos interesses das pessoas que dialogam” (PRETI, *A gíria na cidade grande*, 1996, p. 139).

Quase todas as pessoas conhecem ou usam gírias em sua comunicação, porém poucas conseguem estabelecer uma definição precisa sobre o que é gíria como ela se estrutura, se desenvolve e opera nos diferentes níveis sociais. Todos os grupos sociais utilizam-se de vocábulos gírios em diversas situações, como por exemplo, em conversas informais entre amigos. O que acontece é que nas classes

menos favorecidas, cujos falantes são pouco escolarizados, a gíria é utilizada com maior frequência, sendo pouco usada pelas classes mais instruídas.

Dino Preti (*op. cit.*, 2005), relata em seu discurso que quando a gíria é utilizada em situações informais, coloquiais, funcionam como elemento de interação, o problema é sempre a inadequação. Há um momento na conversa que se sabe quando uma palavra vai bem ou quando não deve ser usada, mas para isso há de se ter uma cultura linguística.

Essa forma de comunicação específica de um grupo, considerada pela sociedade como vulgar e grosseira não deve ser considerada pior, ou melhor, uma vez que baseia-se na cultura de seus falantes e carrega em seu vocabulário grande valor simbólico e expressivo. Labov (*apud* MONTEIRO, 2000, p.13) defende que:

Na realidade, não constitui nada de novo dizer que a língua e a sociedade são duas realidades que se inter-relacionam de tal modo, que é impossível conceber-se a existência de uma sem a outra. Com efeito, a finalidade básica de uma língua é a de servir como meio de comunicação, e por isso mesmo, ela costuma ser interpretada como produto e expressão da cultura de que faz parte.

O linguista Marcos Bagno (*op. cit.*, 1999), também aponta o fato da forma preconceituosa com que a língua é tratada na escola e na sociedade, trazendo uma série de discussões sobre as implicações sociais da língua, relatando que a gíria sempre foi cercada por preconceito linguístico, recorrente de um problema mais amplo, o preconceito social.

2.4 Juízes adotam linguajar das ruas para orientar menores infratores

O documentário “Juízo”⁷(2008), produzido pela diretora Maria Augusta Ramos, com dados e imagens coletados durante quatro dias na 24ª vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro, demonstra a necessidade, por parte de alguns magistrados, de entender e se fazer entender, quando o assunto é o linguajar dos jovens infratores, que utilizam-se de gírias próprias das ruas e do sistema prisional.

⁷ O filme acompanha a trajetória de jovens com menos de 18 anos diante da lei. Meninas e meninos pobres entre o instante da prisão e do julgamento por roubo, tráfico, homicídio. O documentário conduz o espectador ao instante do julgamento para desmontar os juízos fáceis sobre a questão dos menores infratores.

Segundo o documentário, a juíza Luciana Fiala de Siqueira Carvalho, não só conhece como faz uso de verbetes e expressões familiares aos menores e que dão um aspecto de dialeto à forma de comunicação entre os que fazem parte de um grupo com um linguajar repleto de gírias. “Se você não tomar jeito, vai voltar pra rua e acabar levando uns pipocos (tiros)”. A frase pode até causar espanto nos expectadores, ao ser ouvida em plena audiência, presidida pela magistrada, no entanto, este tipo de abordagem oral, é o meio empregado, não só por esta juíza, mas também por outros que, assim como ela, tentam transmitir sua mensagem de maneira clara e objetiva para que o jovem infrator assimile na íntegra, aquilo que está sendo repassado. “Procuro usar a linguagem do réu, que se utiliza de gírias. É uma técnica de interrogatório para descobrir a verdade real e me aproximar, para que eles entendam o que estamos falando”, afirma a juíza e acrescenta “conhecer essas expressões novas da garotada ajuda na experiência de vida do juiz”.

Um caso que chama atenção nesse documentário é quando a juíza decide que um adolescente ficará em L.A, ou seja, em liberdade assistida. Quando ele volta para passar a última noite na unidade de internação, se depara com uma rebelião e consegue fugir. Ficou bem claro que se ele soubesse que L.A significa liberdade assistida, provavelmente não teria fugido.

O delegado Deoclécio Francisco de Assis Filho, titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente do Rio de Janeiro, elogia a iniciativa da juíza e relata que “Tenho amigos juízes que às vezes me procuram para ajudar a traduzir uma palavra dita pelos garotos. Em alguns casos, nem no contexto da frase é possível matar a charada. É preciso conhecer a língua deles”.

Os termos jurídicos não são facilmente interpretados pelo cidadão alfabetizado comum, menos ainda por aqueles mais próximos da violência do que da escola. Parece, então, razoável a ideia da oralidade ser posta em prática, usando uma linguagem de fácil aceitação por parte dos que a reconhecem legitimamente como forma de comunicação simples e direta, sem termos “complexos demais”. Isso não significa que todos os magistrados irão, daqui para frente, falar como menores infratores usando suas gírias em todas as audiências, contudo, pode-se afirmar que um dos objetivos é saber se comunicar e interpretar o que está sendo dito nas entrelinhas, decifrando o código da linguagem existente entre todos os indivíduos

que estão, direta ou indiretamente, envolvidos no complexo sistema composto pelos centros de ressocialização de menores infratores de nosso país.

3. A GÍRIA COMO PROCESSO ALTERNATIVO DE COMUNICAÇÃO EMPREGADA PELOS INTERNOS DO CESM

Observando a gíria como processo alternativo de comunicação intergrupral, que se estabelece entre internos e funcionários do CESM e intragrupal que é a comunicação entre os internos, faremos um breve comentário sobre o seu processo de formação, haja vista que esta pesquisa não objetivou-se em aprofundar estudos sobre a gíria na perspectiva gramatical. Contudo, apresentaremos um glossário a partir dos léxicos que foram citados nos questionários pelos adolescentes institucionalizados.

Analisando o vocabulário dos internos do CESM, podemos observar que, no campo semântico, encontram-se empréstimos da apropriação da linguagem técnica do Direito Penal em que o número dos artigos das infrações cometidas nomeia os indivíduos como *duzentão* (estuprador), referente ao artigo 213 do Código Penal que classifica o estuprador, *um sete um* (mentiroso), referente ao artigo 171, que trata da fraude.

Esses termos gírios são ricos em metáforas como:

- *cabeça* ou *microfone* (órgão sexual masculino)
- *faca cega* (mentiroso)
- *é sal* (sim, confirmação)
- *crânio de gelo* (calma)
- *barraco* (dormitório)
- *ventilar* (falar, divulgar)
- *Atraso* (adolescente de péssimo comportamento)

Encontram-se também alterações fonéticas, como por exemplo:

- *nêgo* – (homem, indivíduo)
- *caô* – (mentira)
- *cabuêta* – (delator, pessoa que entrega alguém)
- *cumpadi* – compadre (companheiro)
- *cumadi* – comadre (companheira)
- *mermão* – meu irmão (companheiro, amigo)

É oportuno salientar que alguns termos gírios só fazem sentido quando seguidos de gestos ou sons.

3.1 Método da investigação

Este estudo tem enfoque quali-quantitativo, visto que além de coletar dados procurou-se buscar percepções e entendimento sobre o tema investigado. Um discurso recente que defende a importância dos dois enfoques é o de Tim May em *Pesquisa social* :

[...] ao avaliar esses diferentes métodos, deveríamos prestar atenção, [...], não tanto aos métodos relativos a uma divisão quantitativa-qualitativa da pesquisa social – como se uma destas produzisse automaticamente uma verdade melhor do que a outra -, mas aos seus pontos fortes e fragilidades na produção do conhecimento social. Para tanto é necessário um entendimento de seus objetivos e da prática. (MAY, 2004, p. 146)

Para alcançar os objetivos da pesquisa foi utilizado estudo bibliográfico de livros, dissertações, teses, artigos e documentários publicados em revistas que abordam esse temática, bem como algumas observações coletadas em seminários. Contudo, visando obter um conhecimento mais profundo e um entendimento mais atual sobre o tema, foi necessária a busca de informações em fontes variadas, incluindo documentos eletrônicos, relevantes para fundamentar esse tema. Além do questionário, instrumento utilizado nesse estudo e aplicado aos sujeitos envolvidos nesse processo de comunicação, foram realizadas rodas de conversa e registros no diário de campo, permitindo-se observar educandos, educadores e instrutores educacionais na instituição pesquisada.

3.2 Local da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida no Centro Educacional São Miguel (CESM), sob administração do governo do Estado do Ceará, localizada no município de Fortaleza-CE.

O CESM localiza-se na Rua Menor Jerônimo s/n, Passaré, atendendo adolescentes do sexo masculino de doze a dezoito anos, e, excepcionalmente, até

os vinte e um anos, que cometeram ato infracional e aguardam apuração do processo pelo Juizado da Infância e da Juventude, durante o período de 45 dias.

3.3 Participantes

Participaram deste estudo, 45 adolescentes institucionalizados (educandos), 5 educadores e 25 instrutores educacionais. O grupo escolhido para a pesquisa foi de educandos que frequentaram a sala de aula na modalidade de ensino EJA III e EJA IV, na faixa etária de 16 a 18 anos, no período de junho a outubro de 2012.

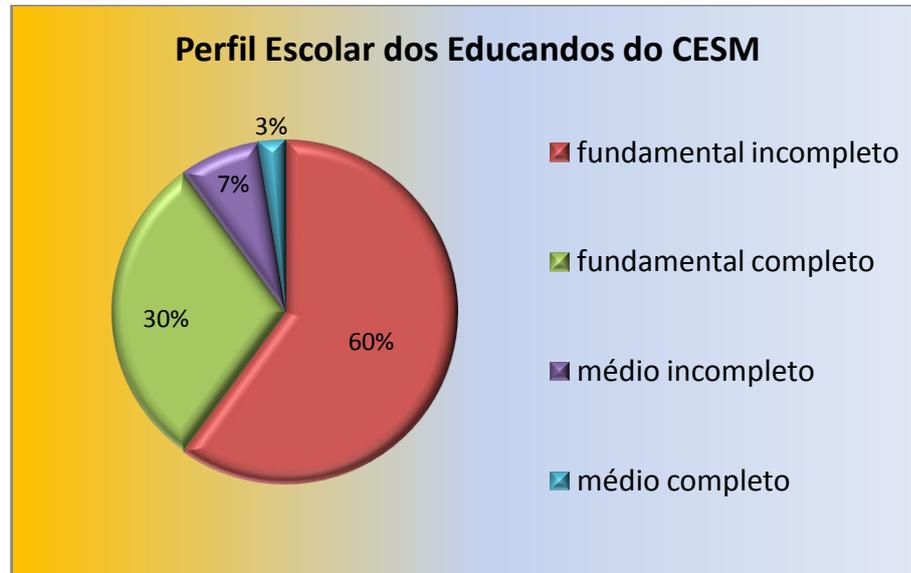
3.4 Procedimentos de Coleta de Dados

Os tópicos abordados no questionário foram: o uso da gíria como interação verbal, as restrições do uso de gírias em sala de aula, a gíria como uma opção a mais de comunicação, o vocabulário utilizado por jovens privados de liberdade. Foram considerados os vocábulos usados no cotidiano desses jovens, com seus respectivos significados numa linguagem informal. Expressamos aos jovens o interesse em realizar um estudo sobre a linguagem que utilizavam, esclarecendo os objetivos propostos. Aplicamos, também, um questionário com educadores e instrutores educacionais nesse mesmo período. Vale ressaltar que, na última questão do questionário do educando, sem perceber, eles trabalharam em grupo, ao registrarem as gírias utilizadas no CESM. Verificou-se ainda, no momento em que foram registradas as gírias e perguntávamos sobre os seus significados, alguns internos negavam-se a dizer, por considerarem desrespeitosos, enquanto outros eram revelados de forma tranquila.

Durante a pesquisa, não foi registrada nenhuma recusa pelos participantes em responder de forma voluntária e anônima ao questionário, individualmente apresentado e com uma duração média de 40 minutos.

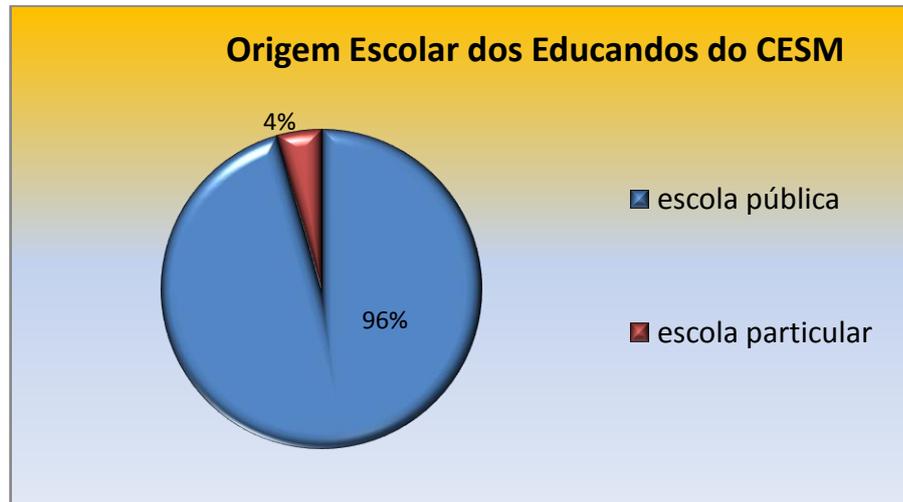
3.5 Resultados da pesquisa

Procuramos delinear o perfil dos adolescentes que participaram desse estudo no CESM, analisando os dados coletados nos gráficos a seguir.

Gráfico 1.

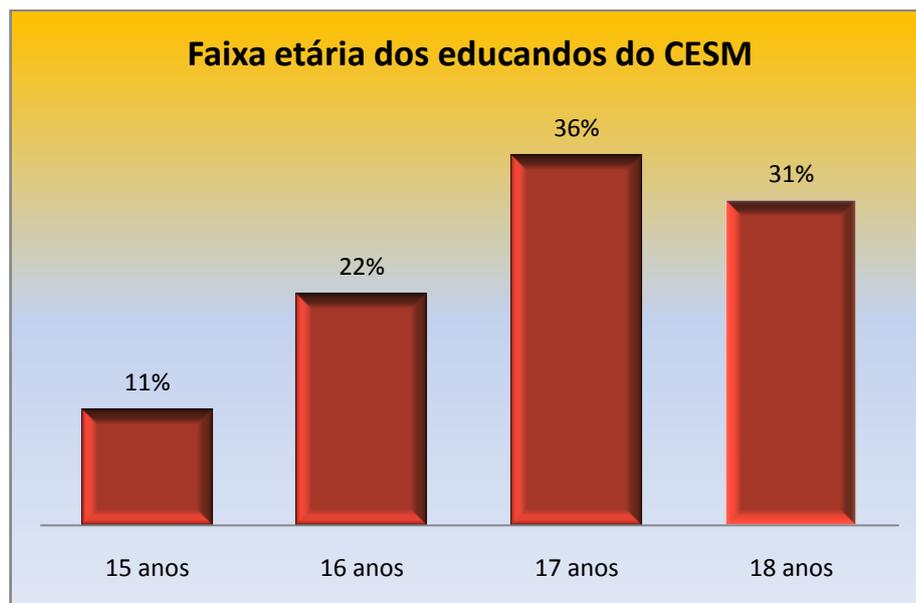
Fonte: Questionário do educando do CESM

O gráfico acima apresenta o perfil escolar dos adolescentes atendidos atualmente no CESM. Apenas 3% possuem ensino médio, enquanto 7% chegaram a cursar, porém, não concluíram esse nível escolar. Uma parte considerável, 30% dos pesquisados, conseguiram terminar o nível fundamental, ou seja, um terço desses educandos. Mas, o que chama a atenção nestes números, é o percentual de 60% destes adolescentes não terem concluído, sequer, o nível fundamental.

Gráfico 2.

Fonte: Questionário do educando do CESM

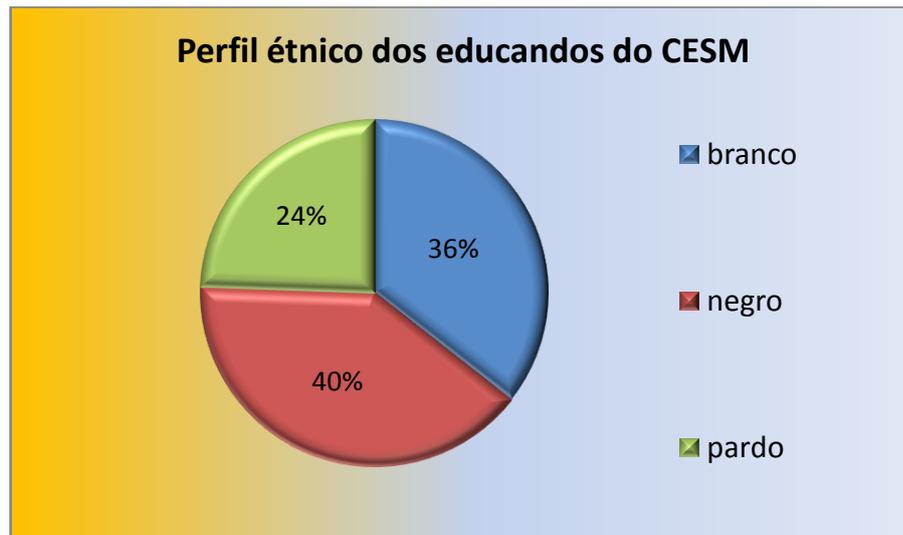
Quanto a origem escolar dos internos, de acordo com o gráfico 2, observou-se que o maior índice de adolescentes (96%), são oriundos da escola pública e apenas um percentual mínimo de 4% são provenientes da escola particular.

Gráfico 3.

Fonte: Questionário do educando do CESM

No que se refere à faixa etária, observa-se que, de acordo com o gráfico 3, encontra-se o maior índice de adolescentes com a idade de 17/18 anos, como sejam, 36% e 31%, respectivamente. Em seguida, vêm as faixas etárias de 15/16 anos com 11% e 22%, apresentando menor índice.

Gráfico 4.



Fonte: Questionário do educando do CESM

Em relação à etnia dos adolescentes institucionalizados, verificou-se que consideram-se negros e brancos, um índice de 40% e 36%, respectivamente. Encontra-se com índice de 24%, os que se consideram pardos.

Deste modo, observa-se então que, o perfil dos adolescentes pesquisados constitui-se de jovens predominantemente da rede pública de ensino, do sexo masculino, na faixa etária de 17/18 anos, com maior concentração de etnia negra. Apresentam um nível de escolaridade baixo, constatando-se que o maior percentual desses adolescentes possui o ensino fundamental incompleto.

— **A concepção dos adolescentes acerca da linguagem gíria:**

Na visão dos adolescentes institucionalizados, verificou-se que utilizam vocábulos gírios dentro da unidade corretiva como meio de comunicação livre e como forma de conquistar prestígio perante o grupo. Percebe-se que os adolescentes estabelecem critérios em seu uso ao se portarem a alguns

profissionais, como psicólogos, coordenadores e direção. Sendo que, com os educadores e instrutores sentem-se mais a vontade para se expressarem por meio desses vocábulos.

Observou-se que os internos sabem diferenciar a gíria comum da gíria de grupo do qual fazem parte, pois fora da unidade utilizam a gíria comum, utilizada facilmente no cotidiano, como: *se liga, tô fora, já é*, etc.

Constatou-se que nos momentos que antecedem aos conflitos são repassados aos companheiros através dessa linguagem. E o fato mais interessante desse resultado, foi constatar que mesmo os recém chegados na unidade tem pleno domínio do uso da gíria, sabendo em que situações utilizá-las e quais significados podem ser divulgados.

Sendo indagados sobre esse fato curioso, responderam que conheciam essas gírias, antes mesmo de entrar na unidade, devido à maioria de seus amigos do bairro já terem passado pelas unidades de internação várias vezes. Percebe-se, portanto que a gíria sai do grupo através dos próprios adolescentes que estiveram institucionalizados, e se espalha na sociedade tornando-se comum entre as pessoas de diversas comunidades em que esses internos fazem parte.

— **A concepção do educador:**

Os educadores pesquisados apresentam faixa etária de 30 a 55 anos, do sexo feminino, possuem graduação e estão em processo de conclusão do curso de Especialização de Jovens e Adultos, EJA, específico para educadores desse sistema.

Dentre os educadores pesquisados constatou-se que conhecer o vocabulário que os adolescentes empregam nas unidades de internação provisória é fundamental para facilitar a comunicação, sendo oportuno o seu conhecimento, principalmente nos momentos de conflito ou que antecedem uma rebelião, como fator de segurança. Apesar de não utilizarem gírias em seu ambiente de convívio social e familiar, por vezes, faz-se necessária a sua utilização no ambiente de trabalho. De acordo com o relato da educadora X do CESM, “o uso da gíria não cabe a comunicação formal. Direcionando o uso da gíria em meio ao público de

adolescente infrator, faz-se necessário. O educador deve estar a par do significado das gírias usadas. O adolescente infrator faz jus à sua condição diferenciada dos demais da sociedade”.

Assim, verificou-se que os educadores do CESM respeitam essa linguagem como forma de liberdade de expressão do grupo, porém, não fazem apologia em sala de aula desse linguajar, conforme citação da educadora Y, que trabalha com esse público há oito anos:

Hoje, existe uma liberdade de expressão que envolve tanto a oralidade quanto a escrita nos meios de comunicação, onde os jovens principalmente adotam formas “não convencionais” na sua oralidade que é o caso do uso das gírias, usadas como elemento fundamental na sua comunicação. A gíria é como uma doutrina que identifica os membros de uma mesma comunidade, e sendo assim, mesmo os que não têm o costume de usá-la passam a utilizá-la compreendendo ser aceito e entendido pelo grupo.

— **A concepção do instrutor educacional:**

Os instrutores educacionais que participaram desse estudo apresentam faixa etária de 29 a 45 anos, do sexo masculino e possuem o Ensino Médio completo.

Nessa pesquisa verificou-se que os instrutores educacionais reconhecem a importância de compreender as gírias utilizadas pelos adolescentes para atendê-los de forma apropriada, principalmente porque são os profissionais que tem um maior contato com eles. Às vezes utilizam esses vocábulos para interagir e chamar atenção dos jovens e não fazem nenhuma restrição ao uso de gírias empregadas pelos adolescentes institucionalizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto pesquisado, no qual estamos inseridos como educadores, os resultados mostraram que é fundamental compreender as gírias utilizadas por esses adolescentes no estabelecimento das relações sociais. Fazer parte deste contexto, é estar, diretamente envolvido num complexo sistema de educação e ressocialização, buscando resgatar valores humanos que foram deixados de lado ou, simplesmente, esquecidos em algum momento da vida desses adolescentes. Saber quando, como e qual a gíria a ser usada, pode ajudar o educador a ganhar a confiança desses jovens, além de lhes deixarem mais a vontade na hora de fazer algum pedido, por exemplo.

A gíria não é uma linguagem independente, ela não constitui uma língua, um novo léxico é apenas uma variação de vocabulário que segue o mesmo processo de formação da língua portuguesa, originando-se de palavras comuns. Os vocábulos gírios são criados de acordo com a vontade do interno e sem nenhuma preocupação em obedecer a normas gramaticais. A formação desta variante acontece a partir de deformações dos significantes e alterações de significados.

Analisando a gíria como fenômeno linguístico intragrupal que é a comunicação empregada entre o grupo de adolescentes privados de liberdade, constatou-se que essa variação de vocabulário exerce uma grande influência na vida dos internos institucionalizados e no estabelecimento das relações sociais no CISM. Através dela expressam suas idéias, vivências afetivas, vontades, necessidades, seus questionamentos, conquistam sua identidade no grupo, além de ser uma forma de comunicação precisa, rápida e de fácil entendimento entre eles.

Na comunicação intergrupala, que se estabelece entre internos, educadores e instrutores educacionais do CISM, observou-se que entre os educadores e instrutores conhecer esses termos gírios serve apenas para interagir e permitir a compreensão da fala do interno, facilitando a comunicação no ambiente de trabalho. Dessa forma, ambos, não fazem apologia ao uso de gírias, porém não discriminam, nem tampouco censuram seus falantes.

Devido os profissionais da instituição citados anteriormente terem um maior contato diário com esses adolescentes, os internos não se sentem

constrangidos ao usar esse linguajar para se comunicar. A diferença é constatada apenas em relação ao uso de vocábulos referentes à intimidade dos internos, pois como o grupo de educadores é formado por mulheres, os adolescentes consideram esses termos “desrespeitosos”.

Desse modo, os instrutores educacionais por serem do sexo masculino e por permanecerem maior tempo na instituição com esses adolescentes, são os mais envolvidos nesse processo de comunicação, visto que os internos utilizam esse vocabulário gírio com eles sem nenhuma restrição quanto ao seu uso.

Vale ressaltar que, deve-se encontrar na oralidade um ponto de equilíbrio entre adequabilidade e aceitabilidade, não somente entre os profissionais da educação, mas com todos os que compõem esse sistema, possibilitando uma reflexão sobre o uso da língua, dando espaço a culturas diversas, conforme destaca Bagno (*op. cit.*, p.129), “a língua é como um grande guarda-roupa, onde é possível encontrar todo tipo de vestimenta. Ninguém vai só de maiô fazer compras num *shopping-center*, nem vai entrar na praia, num dia de sol quente, usando terno de lã e luvas.

Diante do exposto, faz-se necessário salientar que, educar é melhor que censurar e usar a gíria na modalidade oral como forma de comunicação e interação permite a aproximação dos sujeitos envolvidos nesse processo, quebrando formalidades e, principalmente, assegurando a compreensão da fala.

REFERÊNCIAS

ALKMIN, Tânia. **Sociolinguística** — Parte I. In: MUSSALIM, Fernanda. e BENTES, Anna Christina. Introdução à linguística. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1. p. 21-47.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz.** 37ed. São Paulo: Loyola, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa.** Brasília, MEC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos: segundo segmento do ensino fundamental, 2002.v. 2.**

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística.** São Paulo, Scipione, 2007. 10ª edição. (p. 28 - 35)

CARMO, Lindalva Pereira; NOGUEIRA NETO, Wanderlino; ALBUQUERQUE, Maria Wallshirtes Frota. **Proposta de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei no Ceará.** Fortaleza: Ceará/STDS, 2002.

CEARÁ. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. **Célula de Medidas Socioeducativas,** 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.** 4ª Ed. Curitiba: Positivo, 2009, p.984.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. (1979) **Extensão ou Comunicação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.69.

_____. **Medo e ousadia: O Cotidiano do Professor.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.27-66.

HOUAISS, Antonio e VILAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário etimológico da língua portuguesa.** Livros Horizonte, 1990.

MAEYER, Marc. **Aprender e desaprender.** In: Seminário Nacional pela educação nas prisões. Brasília, julho de 2006.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004, p.146.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguagem e classes sociais**. Rio Grande do Sul: Movimento. v.7, 1975.

MATTOS, Geraldo. **Dicionário Junior da Língua Portuguesa**. São Paulo: FTD, 2001.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2003.

MONTEIRO, José Lemos. **Para compreender Labov**. 2.^a Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

NASCENTES, Antenor (1886-1972). **Estudos filológicos: volume dedicado à memória de Antenor Nascentes**. Organizado por Raimundo Barbadinho Neto; apresentação de Evanildo Bechara. – Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003.

OLIVEIRA, Maria Luciana Teles de. **A gíria dos internos da FEBEM**. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

PALHANO, Herbet. **A língua popular**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1958, p.11.

PRETI, Dino. **A sociolinguística e o fenômeno da diversidade na língua de um grupo social. Dialeto sociais e níveis da fala ou registros**. In _____ Sociolinguística: os níveis da fala. São Paulo: Nacional, 1982, p. 1-41.

_____. **A gíria: um signo de agressão e defesa na sociedade**. In _____ A gíria e outros temas. São Paulo: T. A. Queiroz: Universidade de São Paulo, 1984, p. 1-9.

_____. **O vocabulário técnico, a gíria e a linguagem obscena: perspectivas sociolinguísticas de seu estudo**. In: _____ A gíria e outros temas. São Paulo: T. A. Queiroz: USP, 1984, p.11-37.

_____. **Gíria e agressividade**. In KOCH, I. e BARROS, K. de (orgs). Tópicos em linguística de texto e análise da conversação. Natal: UFRN, 1997.

_____. **A gíria na sociedade contemporânea**. In VALENTE, A. (org.). Língua, linguística e literatura. Rio de Janeiro: UERJ, 1998, p.119-128.

_____. (org.) **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. v. 4, p. 241-255.

_____. (1996) **A gíria na cidade grande**. Revista da Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo, v.54, p. 139-143.

URBANO, Hudinilson. **Dino Preti e seus temas - Oralidade, Literatura, Mídia e Ensino**. São Paulo: Editora Cortez.

VENEROSO, Paula Cristina. **A divulgação da gíria na imprensa: a descaracterização de um signo**. São Paulo: Dissertação de mestrado apresentada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

Endereços eletrônicos

ARAÚJO, Alice Aparecida. **A influência da gíria na língua Portuguesa**. Faculdades Integradas de Jacarepaguá - Pólo de Minas Gerais, 2008. Disponível em: <http://sigplanet.sytes.net/nova_plataforma/monografias./6557.pdf> Acesso em nov.2012.

BEZERRA, Maria Auxiliadora; MAIOR, Ana Christina Souto; BARROS, Antonio Claudio da Silva. **A gíria: do registro coloquial ao registro formal**. Disponível em <http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ03_37-51.html> Acesso em jun.2012.

BRASIL. **LEI Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em: 10 out. 2011.

_____. Lei 12594/12 | Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. **SINASE**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1030787/lei-12594-12>> Acesso em: 12 jan. 2012.

BRASIL, Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

ESTEVAM, Ionara Dantas; COUTINHO, Maria da Penha de Lima; ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes de. **Os desafios da prática socioeducativa de privação de liberdade em adolescentes em conflito com a lei: Ressocialização ou exclusão social?** Revista PSICO, vol. 40, nº 1, p. 64-72. PUCRS: Porto Alegre, 2009. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/1440/4143>> Acesso em out.2012.

_____. (2005). **As representações sociais da prática socioeducativa de privação de liberdade**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB. (não publicada).

FREIRE, Aluizio. **Juízes adotam linguajar das ruas para orientar menores infratores**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL391593-5606,00-JUIZES+ADOTAM+LINGUAJAR+DAS+RUAS+PARA+ORIENTAR+MENORES+INFRATORES.html>> Acesso em out.2012.

ILANUD/BRASIL. **Sinase: um marco para mudanças positivas no atendimento dos adolescentes em conflito com a lei**, 2008. Disponível em <<http://www.promenino.org.br/Ferramentas/DireitosdasCriancaeAdolescentes/tabid/77/Conteudold/98cf7b88-d42e-4fed-81f1-096ce5251daa/Default.aspx>> Acesso em nov.2012.

KHATER, Eduardo; YOSHIDA, Elisa Médici Pizão. **Desenvolvimento de um dicionário personalizado do modelo dos ciclos terapêuticos (TCM) para**

adolescentes em conflito com a lei. Psicologia: Teoria e Prática, vol. 13, núm. 2, 2011, pp. 168-181. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/download/.../2985>> Acesso em out.2012.

LIMA, Manoel Nilson de. **Variáveis Sociais: Um Breve Percorso Da Gíria a partir dos Anos 70.** Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/variaveis-sociais-um-breve-percurso-da-giria-apartir-dos-anos-70/20911/>> Acesso em ago. 2012.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Gíria.** Disponível em <<http://www.mundoeducacao.com.br/redacao/giria-1.htm>> Acesso em ago. 2012.

PRETI, Dino. **Entrevista com Dino Preti.** São Paulo, USP, 2005. Disponível em <www.letramagna.com/dinoentre.htm> Acesso em nov.2012.

REMENCHE, Maria de Lourdes Rossi. **Gíria: a linguagem no sistema penitenciário.** Universidade Estadual de Londrina, 2003. Disponível em <www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/32/html/.../ci164.htm> Acesso em out.2012.

ROBERTI, Maura. **O Menor Infrator e o Descaso Social.** Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6/O-menor-infrator-e-o-descaso-social>> Acesso em jun.2012.

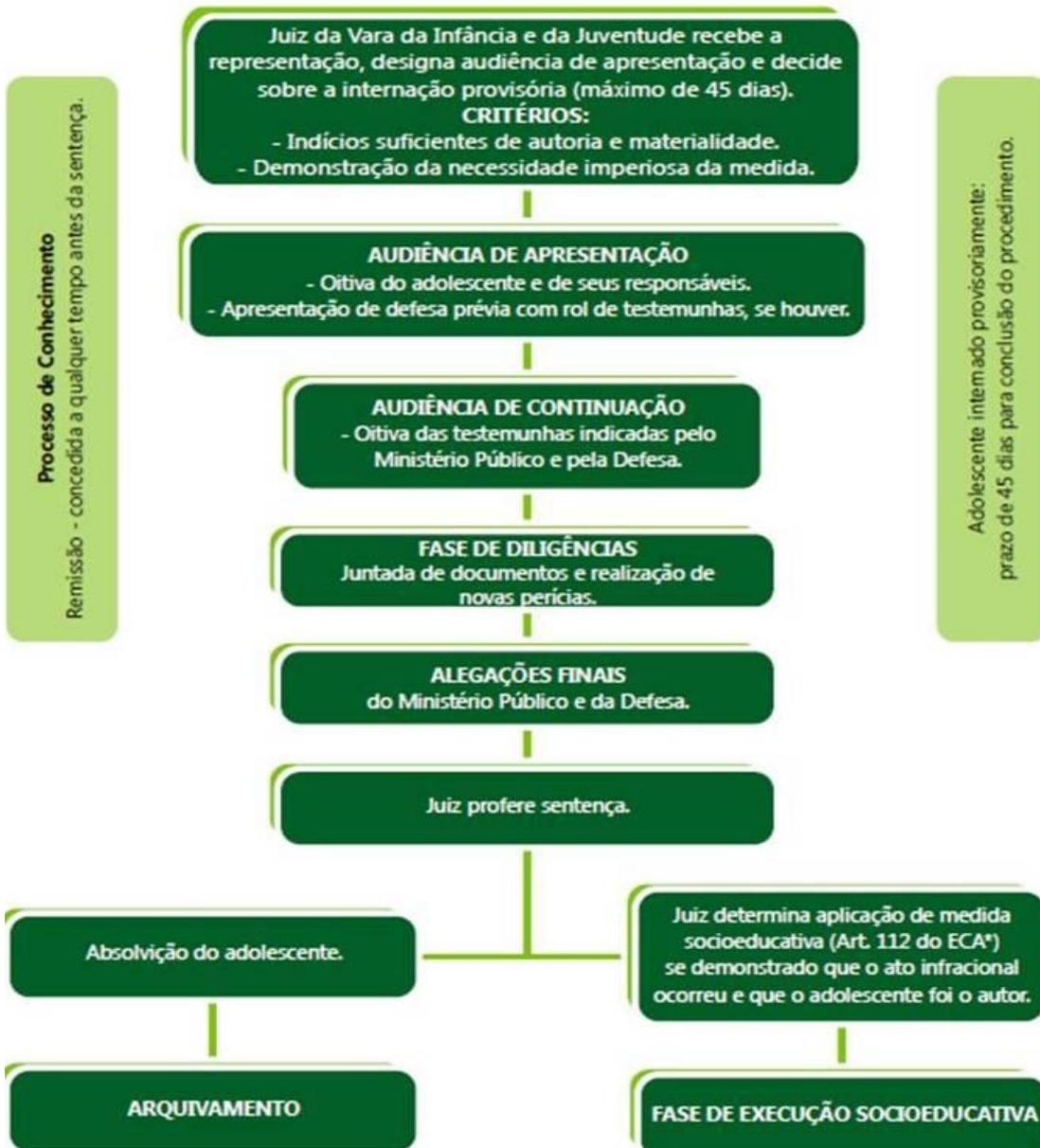
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **As medidas socioeducativas.** Disponível em <<http://www.tjdft.jus.br/cidadaos/infancia-e-juventude/publicacoes/colecao/medidasSocioeducativas.pdf>> Acesso em nov. 2012.

VALADARES, Flávio Biasutti. **Revisitando a noção de gírias: do conceito à dicionarização.** Artigo publicado na revista eletrônica de linguística. vol.5, n. 1, 1º semestre 2011. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>> Acesso em jun.2012.

ANEXO

ANEXO A: Fluxograma Fase Judicial - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT)

FASE JUDICIAL



Fonte: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT)

APÊNDICES

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário do educando do Centro Educacional São Miguel
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ESCOLA DE GESTÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA
PROFESSORES DO SISTEMA PRISIONAL

Questionário do educando

A GÍRIA COMO PROCESSO ALTERNATIVO DE COMUNICAÇÃO DE JOVENS
PRIVADOS DE LIBERDADE

Identificação e controle

Estado: Ceará Cidade: Fortaleza
 Unidade de Internação Provisória: Centro Educacional São Miguel
 Endereço: Rua Menor Jerônimo S/N Jardim União CEP: 60.000-000
 Telefone(s): 31013022 / 31013023
 Pesquisador (a) de campo: Fabiana Paiva da Silva Pinheiro
 Data da visita: 28 / 06 / 2012 Duração: 40 minutos

I – PERFIL SOCIOECONÔMICO DO EDUCANDO

1. Estado de origem: <u>Ceará</u>	1.1 Bairro: <u>Bom Jardim</u>
2. Gênero <input checked="" type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	
3. Idade: <u>17</u> anos	
4. Defina sua raça/cor	
<input type="checkbox"/> Branco	<input type="checkbox"/> Amarelo
<input checked="" type="checkbox"/> Negro	<input type="checkbox"/> Pardo
<input type="checkbox"/> Indígena	<input type="checkbox"/> Outra (especificar): _____

5. Grau de Instrução:

- Não Alfabetizado
 Alfabetizado
 Fundamental Incompleto
 Fundamental Completo
 Médio Incompleto
 Médio Completo

6. Você estuda/estudou em:

- Escola Pública
 Escola Particular

7. Quantas pessoas vivem na sua casa?

II – ASPECTOS LINGÜÍSTICOS

8. As pessoas que convivem com você usam gírias?

- Todas
 Nenhuma
 A maioria

9. Você costuma usar gírias nas unidades socioeducativas para se comunicar?

- Sim
 Não
 Às vezes

10. É importante conhecer as gírias nas unidades socioeducativas durante o período de internação provisória?

- Sim
 Não

Liste, com ajuda dos seus colegas de sala, algumas das gírias que vocês utilizam (ou já ouviram) para se comunicar no Centro Educacional São Miguel.

penal e sal	negano alguma coisa	
Empresonado	confirmando alguma coisa	
bumba	corre risco de vida	
ferca cega	garrapada na cabeça	
suacode	mitindo	
Pirangueiro	piru	
Pricopata	inimigo	
Furo	corajoso	
Químio de gelo	vacilou	
de rocha	persea calma	
barrigada	agradecimento de alguma coisa	
Rechada	necessidade fisiologica	
Pruesa	agradecendo alguma coisa	
	brincadeira do dia-dia	

APÊNDICE B – Questionário do educador do Centro Educacional São Miguel

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO
 ESCOLA DE GESTÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO
 CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA
 PROFESSORES DO SISTEMA PRISIONAL

Questionário do educador

**A GÍRIA COMO PROCESSO ALTERNATIVO DE COMUNICAÇÃO DE JOVENS
 PRIVADOS DE LIBERDADE**

Identificação e controle

Estado: Ceará Cidade: Fortaleza
 Unidade de Internação Provisória: Centro Educacional São Miguel
 Endereço: Rua Menor Jerônimo S/N Jardim União CEP: 60.000-000
 Telefone(s): 31013022 / 31013023
 Pesquisador (a) de campo: Fabiana Paiva da Silva Pinheiro
 Data da visita: 11 / 10 / 2012 Duração: 40 minutos

I – PERFIL SOCIOECONÔMICO DO EDUCADOR

1. Estado de origem: <u>Ceará</u>	1.1 Bairro: <u>Paupina</u>
2. Gênero <input type="checkbox"/> Masculino <input checked="" type="checkbox"/> Feminino	
3. Idade: <u>45</u> anos	
4. Defina sua raça/cor	
<input type="checkbox"/> Branco	<input checked="" type="checkbox"/> Amarelo
<input type="checkbox"/> Negro	<input type="checkbox"/> Indígena
	<input type="checkbox"/> Outra (especificar): _____

5. Grau de Instrução:

Superior incompleto

Superior completo

Pós-Graduação:

Especialização

Mestrado

Doutorado

6. Você concluiu seus estudos em:

Escola Pública

Escola Particular

7. Quantas pessoas moram na sua casa? Elas usam gírias?

6

Às vezes

II – ASPECTOS LINGÜÍSTICOS

8. As pessoas que convivem com você, no ambiente de trabalho, usam gírias?

Todas

Nenhuma

Algumas

9. Você costuma usar gírias nas unidades socioeducativas para se comunicar?

Sim

Não

Às vezes

10. É importante conhecer as gírias que são utilizadas pelos adolescentes nas unidades socioeducativas?

Sim

Não

11. Você faz uso de gírias para interagir com os alunos?

- Sim
 Não
 Às vezes

12. Você faz restrições ao uso de gírias em sala de aula?

- Sim
 Não

13. Qual sua opinião sobre essa forma de expressão utilizada na oralidade? Justifique

Essa forma de se expressar tem uma compreensão e aceitação dependendo do grupo social em que o adolescente se encontra inserido naquele momento. Se ele se encontra no meio dos amigos, certamente será mais aceito e compreendido, porém se ele estiver no local de trabalho, onde há pessoas com faixa etária diferente e formação diferente, poderá ter problemas de compreensão e relacionamento.

Mas é importante lembrar que toda e qualquer forma de expressão é válida.

**APÊNDICE C – Questionário do Instrutor Educacional do Centro Educacional
São Miguel**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ESCOLA DE GESTÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA
PROFESSORES DO SISTEMA PRISIONAL

Questionário do Instrutor Educacional
**A GÍRIA COMO PROCESSO ALTERNATIVO DE COMUNICAÇÃO DE JOVENS
PRIVADOS DE LIBERDADE**

Identificação e controle

Estado: Ceará Cidade: Fortaleza
Unidade de Internação Provisória: Centro Educacional São Miguel
Endereço: Rua Menor Jerônimo S/N Jardim União CEP: 60.000-000
Telefone(s): 31013022 / 31013023
Pesquisador (a) de campo: Fabiana Paiva da Silva Pinheiro
Data da visita: 17 / 10 / 2012 Duração: 40 minutos

I – PERFIL SOCIOECONÔMICO DO INSTRUTOR EDUCACIONAL

1. Estado de origem: <u>CEARÁ</u> 1.1 Bairro: <u>METRÓPOLE</u>	
2. Gênero <input checked="" type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	
3. Idade: <u>33</u> anos	
4. Defina sua raça/cor	
<input type="checkbox"/> Branco	<input type="checkbox"/> Amarelo
<input type="checkbox"/> Negro	<input checked="" type="checkbox"/> Pardo
	<input type="checkbox"/> Indígena
	<input type="checkbox"/> Outra (especificar): _____

5. Grau de Instrução:

- Médio Completo
 Superior incompleto
 Superior completo

Pós-Graduação:

- Especialização
 Mestrado
 Doutorado

6. Você estuda/estudou em:

- Escola Pública
 Escola Particular

7. Quantas pessoas moram na sua casa? Elas usam gírias?

04

NÃO

II – ASPECTOS LINGUÍSTICOS

8. As pessoas que convivem com você, no ambiente de trabalho, usam gírias?

- Todas
 Nenhuma
 A maioria

9. Você costuma usar gírias nas unidades socioeducativas para se comunicar com os adolescentes?

- Sim
 Não
 Às vezes

10. É importante conhecer as gírias que são utilizadas pelos adolescentes nas unidades socioeducativas?

Sim

Não

11. Você faz restrições ao uso de gírias?

Sim

Não

12. Qual sua opinião sobre essa forma de expressão utilizada na oralidade? Justifique

MUITO IMPORTANTE, POIS SÓ ASSIM, PODEMOS
COMPREENDER O QUE QUEREM, O QUE PENSAM
E O QUE PRETENDEM, PARA PODEMOS ATENDER
DE UMA FORMA MAIS APROPRIADA.

APÊNDICE D – A GÍRIA DOS PIVETES

Pivete não vai embora = **VAZA**

Pivete não briga = **ARRANJA TRETA**

Pivete não é mentiroso = **É FACCA CEGA**

Pivete não fala e nem divulga = **SÓ VENTILA**

Pivete não entende = **FICA INTERADO**

Pivete não passeia = **DÁ UM ROLÊ**

Pivete não come = **RANGA**

Pivete não entra = **CAI PRA DENTRO**

Pivete não conversa = **TROCA IDEIA**

Pivete não chama fuxiqueiro, delator = **É VACILÃO / X9 / CABUÊTA**

Pivete não dispara arma = **USA O FERRO**

Pivete nunca está apaixonado = **TÁ AFIM**

Pivete não considera pessoa legal = **É MAIOR LIMPEZA**

Pivete não se dá mal = **A CASA CAI**

Pivete não mente = **PASSA UM QUEIXO / CAÔ**

Pivete não ouve música = **CURTE UM SOM**

Pivete não acha interessante = **ACHA BEM LOUCO**

Pivete não confirma = **É SAL**

Pivete não nega = **É PENAL / NEGA-NEGA**

Pivete não reside em bairro = **SE ESCONDE NAS ÁREAS**

Pivete não tem namorada = **TEM CUMADI**

Pivete não faz algo legal = **FAZ PARADA FIRMEZA**

Pivete não tem dormitório = **TEM BARRACO**

Pivete não pede calma = **É CRÂNIO DE GELO / MENTE FRIA**

Pivete não volta para liberdade = **VAI PRA LIBERTA**

Pivete não acha mulher bonita = **ACHA FILÉ**

Pivete não tem medo = **ACOCHA**

Pivete não tira brincadeira = **SÓ PROSA**

Pivete não corre risco de vida = **FICA EMPESCOÇADO**

Pivete não tem inimigo = **TEM PIRANGUEIRO**

Pivete não acha bonito ou legal = **É ROCHÊDA**

Pivete não diz obrigado = **É DE ROCHA**

Pivete não vacila = **DÁ FURO**

Pivete não é corajoso = **É PSICOPATA**

Pivete não pisa = **SACODE**

Pivete não bate = **É BUMBA**

Pivete não quebra tudo = **É BABILÔNIA**

Pivete não faz carta = **FAZ CATATAU**

Pivete não impede = **SÓ CORTA AS FORÇAS**

Pivete não enlouquece = **PIRA-PIRA**

Pivete não fica desconfiado = **FICA NAQUELA**

Pivete não interrompe a conversa = **ENTRA NO JOGO SEM FICHA**

Pivete não fica fissurado = **FICA IMPREGNADO**

Pivete não enrola = **ENGOMA**

Pivete não vacila = **MOSCA**

Pivete não fica viciado = **FICA NOIADO**

Pivete não usa maconha = **SÓ BASEADO**

Pivete não usa crack = **SÓ PEDRA**

Pivete não usa cocaína = **SÓ PÓ**

Pivete não mata = **APAGA**

Pivete não corre da polícia = **CORRE DOS HOMI**

Pivete não é garoto, menino = **É MENOR / É PIVETE**